



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Circular nº 014/2022

Brasília (DF), 13 de janeiro de 2022

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN

Companheiro(a)s,

Encaminhamos o relatório da reunião do Pleno do GT de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria – GTSS/A do ANDES-SN realizada no dia 11 de dezembro de 2021, que ocorreu de forma virtual em plataforma *Zoom*, conforme o que segue.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof<sup>a</sup>. Francieli Rebelatto

2<sup>a</sup> Secretária



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## RELATÓRIO DA REUNIÃO DO PLENO DO GRUPO DE TRABALHO DE SEGURIDADE SOCIAL/ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

**Data:** 11/12/2021 (sábado)

**Horário:** Das 9h às 13h

Virtual (plataforma zoom)

### **Pauta da Reunião:**

1. Informes;
2. Apresentação dos TRs aprovados no 39º Congresso do ANDES-SN (2020) e CONADs Extraordinários (2020 e 2021);
3. Debates sobre os temas do GTSSA para compor o Caderno de Textos do 40º Congresso do ANDES-SN;
4. Outros assuntos.

A coordenação deu início à reunião às 09h15 dando boas-vindas à(o)s presentes e colocou em aprovação a pauta da reunião. Durante a aprovação da Pauta não houve solicitação para inclusão de outros assuntos. Após aprovação da pauta, passou imediatamente aos informes nacionais.

### **1 - Informes**

- **PEC 32/2020:** foi enfatizada a luta para que a PEC não seja votada. Ressaltou a vigília que já está na 14ª semana em Brasília, iniciada sempre nas segundas-feiras a noite e terças pela manhã, com recepção a(o)s parlamentares no aeroporto e às quartas e quintas-feiras no Anexo II da Câmara do(a)s Deputado(a)s, com visitas a(o)s deputado(a)s e atos na rua. Aconteceu no mês de dezembro a Semana de Educação (06 a 11 de dez.) com o slogan da “DEFENDER A EDUCAÇÃO PÚBLICA: essa é a nossa escolha para o Brasil”. A campanha teve início em setembro tendo suas atividades intensificadas nos meses seguintes, com destaque nos programas, vídeos e *lives* culturais. Na semana de 6 a 10 foi incluindo ato em frente à casa do Lira (Presidente da Câmara), pela retirada da “PEC 32”. A avaliação é de que a mobilização das categorias freou a votação da PEC e a



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

expectativa é de que na semana que vem, portanto, de 13 a 17 de dezembro possamos realizar um ato comemorando o enterro da PEC. Foi pontuado ainda, as dificuldades e riscos por conta da pandemia em mobilizações de rua. Durante este período, muitas atividades e mobilizações foram agregadas as atividades em Brasília como a luta para barrar a aprovação da PEC “23”, chamada PEC do Calote, pois tira o direito do(a)s servidore(a)s de receberem os precatórios. A PEC 23 foi aprovada na Câmara do(a)s Deputado(a)s, mesmo com o esforço da categoria tentar barrar ainda nesta casa. A luta e atividades estavam sendo dirigidas para o senado com a tentativa de ser barrada, porém a mesma foi votada, inclusive com apoio da bancada da esquerda. Ainda neste luta o ANDES participou de ações para denunciar o corte de verba em C&T, em frente ao ministério, apoiando pesquisadore(a)s e estudantes, bem como acompanhou a coordenação nacional do PIBID para aprovação do orçamento que garantiria os recursos para pagamento das bolsas atrasadas. Neste período, ainda, foi realizada atividade na Cidade Satélite de Ceilândia -DF, no dia 11 de dezembro, contra a PEC 32, com *live* dos sindicatos da educação, roda de conversa com lideranças indígenas, e exibição do filme Abraço e apresentação de *rap*, entre outras atividades.

- **Movimento indígena pela democracia** está acampado na FUNART o movimento indígena “Levante pela democracia” e diretoras e diretores do ANDES-SN fizeram visita ao acampamento inclusive fornecendo apoio com materiais com vista a proporcionar que se sintam acolhidos nessa importante luta.

- **EBSERH**, foi feito um resgate histórico da luta até o momento, com destaque no último embate ocorrido da UFRJ, em seu Conselho superior, em que mesmo com manifestação, a Reitoria conseguiu aprovar a adesão a Ebserh. A comunidade acadêmica em luta, não conseguiu conter a aprovação. Foram mobilizados três reuniões do CONSUNI, mas, lamentavelmente, foi aprovado. Após este relato foi apresentada a proposta de outro Dossiê sobre a EBSEH. A ideia é organizar, inicialmente, uma reunião chamada pelo ANDES-SN, convidando a FASUBRA, Frente Nacional em Defesa do SUS e as seções sindicais que estão com a gestão da EBSEH nos seus HU, para construir a proposta.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Os informes de cada S.Sindical será anexado ao final do Relatório conforme envio e após os informes nacionais, fornecidos pela Coordenação do GT, passou-se ao ponto 2. Apresentação dos TRs aprovados no 39º Congresso do ANDES-SN (2020) e CONADs Extraordinários (2020 e 2021) que foi conduzido da seguinte forma: Com vista a realizar uma memória de TRS aprovados no 39º Congresso e CONADs Extraordinários foi projetado na reunião para que a(o)s presentes tivessem conhecimento desde o ano de 2015. Para quem desejar acessar os documentos referentes as TRs, ver no Anexo II.

## **2 - Apresentações dos TRs aprovados no 39º Congresso do ANDES-SN (2020) e CONADs Extraordinários (2020 e 2021)**

Realizado uma síntese dos TRs aprovados nos últimos Congressos e CONADs, tendo como período o último 2015. O recorte desta data deveu-se a intensificação as tentativas de retirada de direito do(a)s trabalhadore(a)s e aposentado(a)s. Conforme o levantamento feito, no governo Bolsonaro, só aumenta a política de ataque a(o)s servidore(a)s, em especial aposentado(a)s com a apresentação da PEC 32/2020 e o Decreto 10.620/2021.

Em seguida foi feita a apresentação dos TRs aprovados no 39º Congresso do ANDES-SN (2020) e CONADs Extraordinários (2020 e 2021) com os encaminhamentos realizados:

- Sobre o **Seminário de Saúde do Trabalhador Docente**, foi feita a memória do Seminário realizado no ano de 2019, em Campina Grande. Na ocasião foi indicado acontecer outro Seminário no ano posterior, mas, por conta da pandemia da Covid-19 não foi possível realizar até 2021. A proposta apresentada é de que seja realizado o referido seminário no primeiro semestre de 2022, de forma presencial. Foi proposto que na Programação do mesmo, seja realizado um painel em que as SS apresentem as pesquisas sobre saúde docente.

- Ainda na mesma agenda foi proposta nova agenda para realização da Jornada de lutas do(a)s Aposentado(a)s. Foi lembrado o esforço durante a 1ª reunião do GT, realizada em fevereiro de 2021, de realizar a jornada do(a)s aposentado(a)s nas seções sindicais, mas não foi possível viabilizar, devido a segunda onda da Pandemia e das lutas no segundo semestre contra a PEC 32. A Coordenação do GT fez a proposta de realizar em 2022 a jornada presencialmente.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- Sobre o acompanhamento do **Decreto nº 10.620/21**, a informação mais recente foi o envio da Circular/ANDES nº 399/21, que orienta as seções sindicais a ingressarem com ação civil pública para obter a declaração de nulidade e inconstitucionalidade do Decreto. Com a Circular foi enviada minuta de ação elaborada pela AJN. Quanto a esse encaminhamento, ainda não tivemos retorno das seções sindicais. No que trata da ADI 6767, que discute a inconstitucionalidade do Decreto 10.620 no STF, em 16.11.21, o ANDES e outras entidades foram admitidas como Amicus curiae. Ainda não há previsão para seu julgamento! Em relação ao PL 2757/2021, proposto pela deputada Talíria Petrone e que cria a aposentadoria por cuidados maternos, segue abaixo notícia e minuta do referido PL.

- Foi incluída a informação de um novo PL - **Projeto de Lei nº 2757/2021** que cria a aposentaria para mulheres com 60 anos de idade ou mais que não completaram o tempo necessário de atuação no mercado para se aposentar por causa da maternidade. O tempo gozado de licença maternidade será computado para fins de aposentadoria. A iniciativa altera a Lei nº 8.213/1991, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social. Comissão de Legislação Participativa (CLP), realizada nesta segunda (22/11), para debater o tema. A ideia surgiu com o Programa Integral de Reconhecimento de Tempo de Serviço por Tarefas Assistenciais, aprovado em julho deste ano na Argentina. O benefício destina-se as mulheres que estão em idade de aposentadoria, que no país vizinho é de 60 anos ou mais, e que não possuam os 30 anos mínimos exigidos de contribuição. (Documento anexado ao e-mail do relatório/PROJETO DE LEI Nº /2021 (Da Sra. Talíria, Petrone e outras) Altera a Lei nº 8213/1991, de 24 de julho de 1991 para dispor sobre a aposentadoria por cuidados maternos).

Após a projeção dos TRs, às 10h17, foram abertas as inscrições para falas de até 5 min. tendo em vista às contribuições para o Caderno de Textos do 40º Congresso do ANDES-SN.

### **3. Debates sobre os temas do GTSSA para compor o Caderno de Textos do 40º Congresso do ANDES-SN**



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

As falas se seguiram com sugestões de temas para o texto de apoio – TA, bem como para os TRs. As anotações das sugestões foram feitas garantido o debate dos temas em organizados em três eixos, conforme sugestão feita por representante das S. Sindicais. Os eixos foram:

### 3.1. Saúde os Assuntos de Aposentadoria

- Luta pela reposição dos salários do(a)s aposentado(a)s;
- Luta contra o **Decreto nº 10.620/21**, que dentre outras propostas de retirada de direitos apresenta a criação de um órgão, ligado ao INSS, para administrar toda a previdência do(a)s servidore(a)s público(a)s. Neste ponto foi denunciado que muitas universidades já calendarizaram esta proposta e que já abriram ação. Foi sugerido ação emergência, logo no início do ano, para barrar esta PL e enfatizar que nossa luta em relação à não transferência da previdência para o INSS seja coerente com nossa luta em defesa dos serviços públicos e do INSS
- No que diz respeito à Previdência nos Estados – atualizar até 2021 a pesquisa que foi realizada e divulgada no ano de 2019;
- A luta deve ser em defesa dos direitos de aposentadoria e que seja unificada com o conjunto do(a)s docentes magistério superior e EBTT, docentes aposentado(a)s e da ativa.
- Luta pelo retorno do(a)s aposentado(a)s ao projeto de carreira, pois, com a Desestruturação da carreira docente os impactos nas condições salariais do(a)s aposentado(a)s foi muito maior, decorrentes da não transposição na “época”;
- Resgatar os estudos das perdas para as diferentes "gerações" de aposentado(a)s, anteriores a contrarreforma da previdência;

### 3. 2. Formação sobre saúde docente

- Denunciar a situação das mortes de docentes por Covid 19 e as sequelas da covid-19 (fisiológicos e cognitivos) em que muito(a)s docentes que foram contaminados estão agora sofrendo ainda, além do isolamento social. Neste sentido lutar pelo tratamento especializado para os mesmo e garantia de licença e afastamento;
- Realização de debate sobre a saúde mental docente no contexto da pandemia e do retorno;



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- Fazer um levantamento das IFES/IEES/IMES que realizaram estudo sobre os impactos da pandemia na saúde docente.

### 3.3. Ebserh

- Construir debate sobre a EBSEERH trazendo os temas: - Militarização dos cargos do serviço público federal, incluindo a EBSEERH e - A Ebserh e o(a)s trabalhadore(a)s (processo de precarização).
- Manter a mobilização de denúncia à destruição dos EBSEERH;
- Continuar a mobilização e fortalecer as paralisações realizadas pelas entidades que integram o SUS

### Recomendações:

- Que no GT SS as Regionais se envolvam com as causas dos GT
- Circular solicitando sobre a calendarização nas universidades sobre a entrada no INSS. Calendário 1º Semestre de 2022
- Jornada do(a)s Aposentado(a)s 1º Semestre 2022 - presencial
- VIII Seminário sobre Pesquisa sobre adoecimento docente 1º Semestre de 2022

Após os encaminhamentos foi discutido sobre o retorno das aulas presencial nas instituições de ensino superior.

Alguns relatos denotam a necessidade da discussão sobre as condições de trabalho, condições sanitárias para o retorno presencial e parte dessas condições passa pelo passaporte vacinal, além de considerar toda questão da biossegurança. A exemplo do que está ocorrendo na UFPEL a luta na universidade desde junho, quando lançam portarias. Atualmente novas portarias, que sobrecarregam professore(a)s, exemplo: quem higieniza locais usados são estudantes e professore(a)s. A odontologia iniciou presencial e teve um surto de infecções no curso, precisando suspender as aulas presenciais. Encaminharem pedidos de boletins semanais pela Covid-19.

As intervenções convergiram de que a tendência a desresponsabilização da universidade e sobrecarregar técnico(a)s e professore(a)s. A ideia não é apenas o passaporte vacinal, mas um debate democrático de como fazer o retorno presencial. Outra questão é para além da sala de aula, por exemplo, como faz com o restaurante universitário? É preciso garantir com segurança o direito à moradia, alimentação. Além da questão orçamentária.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.





Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

A reunião foi encerrada pela coordenação às 12h30, no que Zuleide reforçou que a experiência de Brasília na Jornada Contra a PEC 32/2020 fortalece a unidade entre o movimento sindical para os desafios que virão em 2022.





Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

---

**ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.**

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco "C", 70302-914, Brasília - DF.  
Telefone: (61) 3962 0400 | Fax: (61) 3224 9716 | E-mail: [secretaria@andes.org.br](mailto:secretaria@andes.org.br)



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## **ANEXO I**

### **PRESENTES NA REUNIÃO DO PLENO DO GTSS/A**

#### **SEÇÃO SINDICAL:**

ADUFERPE: Nicole Louise Macedo Teles de Pontes

ADUFES: Cenira Andrade de Oliveira

ADUFF: Claudia Marche Rafael

ADUFMAT-SSIND: Jose Airton de Paula

ADUFOP: Alessandra

ADUFPA: José Queiroz Carneiro

ADUFPEL: Elaine da Silva Neves

ADUFS: Gracinete Bastos

ADUFS/BA: Sarah Rios

ADUFU: Fátima Almeida

ADUFU: Antônio de Almeida

ADUnB: Daniela FávaroGarrossini

ADUR-RJ: Lia Maria Teixeira de Oliveira

ADUR-RJ: Luciana Nóbrega

ANDES-SN na UFRGS: Joacir Medeiros

SEDUFMS: Nara de Fatima Quadros da Silveira

UEL – PR: Silvia Alapanian

#### **DIRETORIA:**

Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa

Neila Nunes de Souza

Raquel de Brito Sousa

Zuleide Fernandes de Queiroz



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## ANEXO II

### INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS

#### ADUFS-BA

- a) A Adufs-BA vem ganhando liminares de processos judiciais que tratam de adicional de insalubridade de docentes da UEFS (<https://www.adufsba.org.br/noticia/4570/adufs-consegue-mais-uma-decisao-liminar-favoravel-para-docente-com-processo-de-insalubridade-parado-na-saeb>);
- b) Foi aprovada mais uma contrarreforma da previdencia no Estado da Bahia em junho de 2021 e em trâmite aligeirado 2021; foi a quarta durante o governo Rui Costa (PT) e o fórum das associações docentes (FAD) junto com outros movimentos sindicais denunciaram mais esse ataque (<https://www.adufsba.org.br/noticia/4515/forum-das-ads-solicita-esclarecimentos-ao-governo-sobre-a-nova-reforma-da-previdencia-estadual>);
- c) Aconteceu virtualmente nos dias 24, 25 e 26 de novembro/2021 o XIV Encontro das Associações Docentes das UEBA. Foram discutidos os eixos conjuntura, salário, financiamento e direitos trabalhistas. Desse encontro, o FAD retira a pauta de reivindicações a ser protocolada junto ao governo estadual após debate e aprovação de encaminhamentos em suas assembleias. Ainda para este encontro o GTSSA local, Adufs-BA enviou texto com propostas de luta direcionadas à saúde do trabalhador docente e a previdência para as seções sindicais da universidade estaduais baianas para que pudessem discutir melhor as condições de saúde do trabalhador docente e também a previdência estadual. Essa proposta foi discutida dentro do encontro das UEBA em 2021. (<https://www.adufsba.org.br/noticia/4691/encaminhamentos-do-xiv-encontro-de-docentes-para-reivindicacoes-2022-incluem-intensificacao-das-lutas-contras-perdas-salariais>);
- d) A Adufs denuncia constrangimento de docente pela junta pericial do governo durante perícia de insalubridade em processo de docente (<https://www.adufsba.org.br/noticia/4662/docentes-denunciam-constrangimentos-e-descaso-durante-visitas-realizadas-pela-saeb-para-inspecao-de-campos-de-praticas>);
- e) Integrantes do GTSSA da Adufs participaram do 9 Encontro da Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador (9º Renastão) com o tema “Perspectivas e desafios da Vigilância de



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
Ambientes e Processos de Trabalho no Sistema Único de Saúde". O evento ocorreu entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro e teve minicursos, painéis temáticos e mesas redondas. Para o GTSSA da Adufs, o evento ajudou na formação de seus membros, além de possibilitar uma visão mais ampla da saúde do trabalhador em várias categorias, especialmente na mesa temática sobre controle social (<https://www.renastao2021.com.br/programacao>)

- f) *Live* do resultado da pesquisa Saúde do Trabalhador Docente em Tempos de Pandemia (COVID-19) -No dia 03 de setembro ocorreu a *live* de apresentação dos resultados da pesquisa “Trabalho Docente em Tempos de Pandemia (Covid-19)”. A pesquisa é coordenada pela professora da Uefs e sindicalizada da Adufs, Tânia Araújo, e tem apoio de entidades sindicais da educação. A pesquisa abordou as condições de trabalho remoto na UEFS e a situação de saúde docente, com ênfase nas alterações do sono, sobrecarga doméstica e saúde mental. A coleta foi realizada entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021. Na pesquisa, 43,6% dos docentes relataram ter o sono gravemente alterado; 46,3% apresentaram TMC (transtorno mental comum) e mais de 60% das e dos entrevistadas(os) relataram dores frequentes na coluna ou costas, dores musculares em membros superiores e 38,7% disseram que tiveram dor de cabeça frequente (<https://www.adufsba.org.br/noticia/4574/dados-de-pesquisa-realizada-na-uefs-mostra-o-adoecimento-de-docentes-como-uma-das-principais-consequencias-da-sobrecarga-de-atividades-na-pandemia>);
- g) Integrantes do GTSSA-Adufs/BA participam do Setorial de Saúde d@sTrabalhador@s da Central Sindical CSP-Conlutas . A reunião virtual do Setorial aconteceu em 23/10/2021 e foi dividida em dois momentos: um para a apresentação e discussão das mudanças nas normas regulamentadoras (NR) e outro momento de encaminhamentos para serem apresentados virtualmente na RCN, que aconteceu nos dias 5, 6 e 7 de novembro (<https://www.adufsba.org.br/noticia/4655/reuniao-da-coordenacao-nacional-debatera-nova-agenda-de-lutas>)



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## **ADUFPel SSIND**

No dia 04/11, as 16h, realizamos um encontro do GT, onde estiveram reunidos a nossa Assessoria Jurídica com a presença do Advogado Marcos Leão, pela diretoria Elaine Neves (Coordenadora), Luiz Henrique Schuch, Celeste Pereira, Henrique Mendonça, Valdelaine Mendes e sindicalizados da ADUFPel-SSind, para tratar dos seguintes assuntos: 1. Decreto 10.620 (sobre a concessão e manutenção das aposentadorias e pensões para o INSS); 2. Desconto simplificado no IR; 3. Alíquota de 11% para 14%. Após apresentação dos participantes a assessoria jurídica colocou o parecer sobre cada ponto. No decorrer a discussão e dúvidas foram abordadas. Foram apontados alguns encaminhamento: 1. Matéria Jornalística sobre o assunto destacando que a assessoria Jurídica da ADUFPel ingressou com a ação civil pública e que o Andes é amicuscuriae na ADIN; 2. Oficiar à reitoria cobrando a informação se houve concordância, chancela, com a transferência dos aposentados para o INSS; 3. Organização de uma Live com o tema; 4. Confeção de faixas denúncia; 5. Conversar com os colegas da UFPel de setor de pessoal e do INSS local, para melhor compreender o processo. Várias faixas foram confeccionadas, fazendo referência ao Decreto 10.620 e colocadas em frente às Unidades Acadêmicas. Também foi feita uma Live com o Advogado Marcos Leão para esclarecer ao docentes sobre as implicações do Decreto 10.620.

Pelotas, 09 de dezembro de 2021



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## ANEXO III

TRS - CONGRESSO DO ANDES E CONADS

# RESOLUÇÕES DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

*Brasília/DF, 23 a 28 de fevereiro de 2015*

**Tema Central: Manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação.**

## VII - SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 34º CONGRESSO delibera:

**1.** Unificar a luta dos docentes e os demais trabalhadores em defesa da Previdência Pública e Estatal sob regime de repartição, do direito à aposentadoria integral e contra a privatização da Previdência.

**1.1** Por meio de ação organizada do ANDES-SN e CSP-Conlutas, por suas Seções Sindicais e Secretarias Regionais do ANDES-SN, atuar contra a FUNPRESP e a Reforma do Sistema Previdenciário, incluindo as Medidas Provisórias 664 e 665/2014.

**2.** Que o ANDES-SN estabeleça um calendário para realização de dossiê sobre a situação das aposentadorias nas três esferas: federal, estadual, municipal.

**2.1** Que o ANDES-SN desenvolva análise jurídica sobre a Previdência Complementar nos Estados para os Servidores Públicos, por meio de suas assessorias, para subsidiar ações de combate à privatização da Previdência nos Estados.

---

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

3. Realizar, no mês de abril de 2015, articulando com a CSP-Conlutas e com os demais servidores públicos nos Estados, um dia de luta pelos direitos de aposentadoria.
4. Realizar, nos dias 6 e 13 de março, dias de luta pela retirada das MPs 664 e 665, articulando com os demais servidores públicos dos estados e com a CSP-Conlutas.
5. Intensificar a luta pelo direito dos aposentados e pensionistas através de um calendário que comporte encontros regionais e estaduais a partir da mobilização de base, unificando com os setores federais, estaduais e municipais.
6. Articular a luta pela estruturação da carreira docente à garantia do direito à aposentadoria com integralidade e paridade.
7. Intensificar a luta contra o FUNPRESP e fundos de previdência nos estados e municípios; lutar pela revogação da Reforma da Previdência e sua expressão em nível federal - FUNPRESP - e nas esferas estaduais e municipais, através de materiais com informações atualizadas para ser distribuído nacionalmente e promover seminários regionais e locais sobre o tema durante o ano de 2015.
8. Realizar Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria.
9. Em relação à privatização da saúde e à EBSEH, o ANDES-SN deve:
  - a) desenvolver ações nas seções sindicais das IFES onde não há HU no sentido de:
    - i. solicitar às administrações centrais informações sobre a expansão dos cursos da área de saúde e os compromissos assumidos junto ao MEC sobre a construção de hospitais e/ou federalização de hospitais públicos vinculados à assinatura de contrato com a EBSEH;
    - ii. implementar ações no interior das IFES, em conjunto com técnicos administrativos e estudantes, na luta contra a privatização dos hospitais decorrente dos compromissos assumidos junto à EBSEH;
    - iii. lutar para que a criação de novos cursos na área de saúde se dê a partir do debate nas instâncias democráticas da universidade.
  - b) dar continuidade, ampliar e intensificar as ações já aprovadas nas deliberações dos Congressos e Conad, sobre essa temática;
  - c) produzir material de divulgação a partir das informações coletadas pelas seções sindicais relativas ao processo de implementação da EBSEH e aos processos de resistência à contratualização, articulando os dados e as experiências de luta nos materiais produzidos;
  - d) Fortalecer o SUS e intensificar a articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde, incluindo a luta contra a ampliação da ação da EBSEH que promove a adesão dos demais hospitais públicos vinculados ao SUS e a revogação dos contratos existentes;
  - e) dar continuidade, em articulação com a CSP-Conlutas, Fasubra, SINASEFE, movimento estudantil, a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, movimentos sociais, à luta em defesa





Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

dos Hospitais públicos e contra a privatização dos mesmos, a partir da expansão da atuação da EBSEH;

f) participar do ato nacional contra a EBSEH no dia 6 de março de 2015, no Rio de Janeiro e nos atos dos demais estados; e do V Seminário da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, nos dias 27 a 29 de março de 2015, no Rio de Janeiro;

**10.** Solicitar ao setor das IEES/IMES a produção de material que alerte as IEES quanto à introdução, durante as etapas finais do trâmite legislativo da Lei 12550 (EBSEH), aprovada no Congresso Nacional em 15/12/2011, de um artigo adicional (Art.17), que permite aos governos estaduais a criação de “empresas públicas de serviços hospitalares”.

**11.** Atualizar a análise das potenciais implicações da eventual criação de “empresas públicas de serviços hospitalares” nos Estados, no que se refere à manutenção das atuais atribuições dos HUS dentro das respectivas IEES, em especial nos campos do ensino e da pesquisa, para pautar no GTSSA e GTPE.

**12.** Que o ANDES-SN impulse a luta nacional, de denúncia sobre o corte de direitos resultantes das MPs 664 e 665, em sua base.

**13.** Que o ANDES-SN, junto aos demais sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais desenvolva ações necessárias para ampliar a mobilização e luta pela retirada e/ou revogação das MPs 664 e 665.

**14.** Que o ANDES-SN desenvolva análise jurídica, por meio de suas assessorias jurídicas, para subsidiar ações políticas e jurídicas de combate à retirada de direitos que está no conteúdo das MP 664 e 665.

**15.** Dar continuidade a aplicação da pesquisa sobre a saúde e adoecimento docente.

**16.** Organizar oficinas regionais e/ou inter-regionais, em 2015, com o objetivo da implementação da pesquisa de saúde e adoecimento do trabalhador docente.

**17.** Realizar o VI Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## **RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL** *Curitiba/PR, 25 a 30 de janeiro de 2016*

**Tema Central:** Em defesa da educação pública e gratuita e dos direitos dos trabalhadores.

### **VII – POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA**

O 35º CONGRESSO delibera:

1. Unificar a luta dos docentes e dos demais trabalhadores em defesa da Previdência Pública e Estatal sob regime de repartição, do direito à aposentadoria integral e contra a privatização da Previdência, lutando também pela revogação das Leis nº 13.134/2015 e nº 13.135/2015.
2. Estabelecer um calendário para realização de dossiê sobre a situação das aposentadorias nas três esferas (federal, estadual e municipal), coordenado pelo GTSS/A.
3. Organizar, conjuntamente, ação jurídica do ANDES-SN e demais entidades dos Servidores Públicos Federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao Funpresp (Lei nº 13.183 de 04/11/2015).
4. Desenvolver análise jurídica, política e econômica sobre a Previdência Complementar nos estados e municípios para os Servidores Público, para subsidiar ações de combate à privatização da Previdência nos estados.
5. Propor às outras entidades dos trabalhadores a organização de um Fórum em Defesa da Previdência Pública e Estatal.
6. Intensificar a luta pelo direito à aposentadoria integral para os novos servidores e pelos direitos dos aposentados e pensionistas, adotando uma agenda de mobilização, com encontros regionais e estaduais, centrada na mobilização de base, unificando ativos, aposentados e pensionistas de todos os setores (federais, estaduais e municipais).
7. Intensificar a luta contra o Funpresp e os fundos de pensão nos estados e municípios.
8. Organizar ação jurídica nacional (também para os estados e municípios onde isso ocorrer) com o objetivo de impedir os empregadores estatais de fornecer para bancos, previdências privadas, seguradoras, Fundos de Pensão e, especialmente, para a FUNPRESP, os dados dos trabalhadores sem sua expressa autorização.
9. Organizar de forma articulada com os setores da classe trabalhadora a resistência às novas etapas da contrarreforma da previdência.
10. Analisar os impactos do PL 4251/2015 sobre as questões de aposentadoria, pautando nos GTSS/A.
11. Recomendar às seções sindicais a ampliação da representatividade dos aposentados nas atividades sindicais e no Andes-SN, visando o fortalecimento do GTSS/A.
12. Intensificar a lutar pela aprovação da PEC 555/06.
13. Intensificar a luta e exigir do MPOG o restabelecimento do direito previsto no artigo 192 da Lei n. 8112 para aqueles docentes que se aposentaram até a publicação da Lei 9527/97, revogando os efeitos da Nota Técnica MPOG 188/2012.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- 14.** Que as seções sindicais realizem levantamento das seguintes informações: a) os processos de adesão das IFES à EBSEH; b) os contratos realizados entre a EBSEH e as IFES; c) os contratos realizados entre a EBSEH e as empresas privadas; d) os problemas vivenciados pelas IFES que aderiram à EBSEH. Após o levantamento destas informações, o ANDES-SN deve produzir, em 2016, um dossiê, cartilha ou material correlato com descrições e análises de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc, avaliando o impacto da assistência e na formação dos profissionais da saúde, o modelo de gestão, a política de gratificação e as práticas de controle social.
- 15.** Realizar seminário para divulgação do dossiê sobre a privatização dos Hospitais Universitários via EBSEH, convidando os movimentos que lutam por saúde e educação públicas para participarem do Seminário.
- 16.** Realizar seminário para divulgação do dossiê sobre a privatização dos HU via EBSEH, convidar os movimentos que lutam por saúde e educação públicas para participarem do Seminário.
- 17.** Intensificar a luta em defesa do Sistema Único de Saúde, na perspectiva da garantia dos serviços públicos gratuito de saúde de qualidade e contra todas as formas de precarização da saúde (EBSEH, Fundações Estatais de Direito Privado e Organizações Sociais) em articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do SUS e com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde.
- 18.** Lutar pela revogação da lei da EBSEH, pela dissolução da EBSEH e pela revogação dos contratos existentes e contra a ampliação de sua ação que promove a adesão dos demais hospitais vinculados ao SUS.
- 19.** Realizar o VI Encontro Nacional de Saúde do TrabalhadorDocente, no 1º semestre de 2016, em Salvador.
- 20.** Lutar, em articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde, contra a PEC 451/2014, contra a entrada de capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde previsto na Lei nº 13.097/2015 (revogação do artigo 142, que altera a Lei nº 8080/1990).
- 21.** Que as seções sindicais participem do 2º Encontro de Saúde do Trabalhador, da Central Sindical e Popular - Conlutas, que será realizado nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2016, em Divinópolis (MG).
- 22.** Construir uma cartilha de orientação para as seções sindicais para a realização da Pesquisa sobre Saúde Docente, da qual constem:
- a)** instrumento de avaliação mínimo padronizado e construído nacionalmente, com as adaptações acordadas nas Oficinas Interregionais I (Curitiba 2015) e II (Salvador 2016, a ser realizada) do ANDES-SN sobre Saúde e Adoecimento;
  - b)** orientações sobre a metodologia a ser seguida na realização da Pesquisa.
- 23.** Remeter para a II Oficina interregional de saúde docente, com o objetivo de subsidiar o debate e a elaboração da cartilha de orientação, os seguintes elementos:
- a)** elaboração de um projeto contendo: escopo da pesquisa, objetivos gerais e específicos, hipóteses, levantamento bibliográfico, casuística e método de coleta de dados.
  - b)** construção de amostra estratificada, com 15% do total de docentes ativos e substitutos, tendo por base os seguintes critérios: sexo, carreira, regime de trabalho, setor de lotação e titulação.
  - c)** garantia, por sorteio, da aleatoriedade da amostra.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- d) envio de carta-convite para cada docente, antes da realização do sorteio, colocando a possibilidade de recusa em participar da pesquisa, e indicando endereço eletrônico para a resposta.
- e) garantia de que a aplicação do Instrumento de Avaliação seja por entrevista pessoal com o sorteado, no cumprimento de um dos objetivos da pesquisa, que é estimular os docentes a falar sobre o tema.
- f) organização prévia de um grupo de aplicadores e coordenadores da pesquisa para: preparo teórico (estudos de textos-base), conhecimento do histórico da pesquisa, apropriação dos instrumentos e cuidados na aplicação, formas de abordagem dos entrevistados, treinamento para entrada de dados no sistema eletrônico.
- g) garantia de que a equipe de aplicadores seja composta de docentes militantes da Seção Sindical e de estudantes com interesse no campo da Saúde do Trabalhador.
- h) caso se considere a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da instituição, observação de pontos em geral solicitados, como: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Confidencialidade (dos aplicadores), Declaração de publicização dos resultados, Declaração de Uso Específico do material e/ou dados coletados, análise de mérito (por docente pesquisador) e Declaração da Concordância da seção sindical de parceria na pesquisa.
- i) implementação de processo de informação da base docente, previamente à aplicação, explicando os motivos da pesquisa e a forma da aplicação.
- j) em caso de algum docente sorteado se recusar ou não poder participar da pesquisa, realização de novo sorteio, respeitando-se a estratificação.
- k) digitação do material coletado em uma base de dados para posterior análise. O uso da plataforma EPI INFO é adequado devido a sua gratuidade e ao fato de a base de dados por ela gerada poder ser utilizada por diversas ferramentas computacionais.
- l) divulgação ampla dos resultados da pesquisa, suscitando o debate e o enfrentamento coletivo de situações de adoecimento docente.

## **IX – POLÍTICA DE VERBAS**

O 35º CONGRESSO delibera:

1. Desenvolver estudos sobre o tema "Reforma Tributária Progressiva", sob a coordenação do GT Verbas em conjunto com os GTs Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria e Políticas Educacionais, após rodada inicial de discussões com instituições, entidades e pessoas que já têm se dedicado à temática e solicitar apoio, por exemplo, do Dieese e da Auditoria Cidadã da Dívida, com o objetivo de verificar o potencial de arrecadação de cada imposto proposto, se possível acompanhado de avaliação cifrada, visando a substituição de impostos que incidem sobre os trabalhadores ou que atingem proporcionalmente mais sobre os trabalhadores por aqueles que devem incidir sobre o capital, as rendas e as grandes fortunas.

## **RELATÓRIO DA PLENÁRIA DO TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES 35º CONGRESSO DO ANDES-SN**

### **I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES**

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## **B – SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL**

- 1.** Lutar contra a apropriação de recursos dos Regimes Próprios de Previdência dos servidores públicos dos estados, por parte dos governos, e sua utilização para outros fins.
- 2.** Nos estados nos quais o governo já se apropriou destes recursos, adotar ações necessárias para sua revisão.
- 3.** Lutar contra a implantação dos Fundos de Pensão nos estados, em articulação com os demais servidores públicos nos estados.
- 4.** Atualizar as informações sobre os planos de carreira dos docentes das IEES/IMES e analisar as mudanças nas carreiras, que retiram direitos do pessoal da ativa, bem como dos aposentados.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

# RESOLUÇÕES DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

*Cuiabá(MT), 23 a 28 de janeiro de 2017*

**Tema Central:** Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

## VII - POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 36º CONGRESSO delibera

1. Acompanhar o trâmite da ação jurídica do ANDES-SN e das demais entidades dos servidores públicos federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao FUNPRESP (Lei nº 13.183/2015) e dar divulgação, denunciando a ação autoritária do governo.
2. Avançar na organização e no enraizamento nos estados e municípios do Fórum em Defesa da Previdência Pública e Estatal, tendo em vista a centralidade da luta contra a proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo Governo Temer.
3. Analisar, com a colaboração da AJN, os impactos da Lei nº 13.325/2016 (antigo PL 4251/2015) e pautar o debate no GTSS/A sobre as questões de aposentadoria.
4. Persistir na solicitação de acesso aos contratos de adesão realizados entre EBSEH e IFES, bem como no levantamento de dados sobre problemas gerados após a adesão, com o objetivo de subsidiar material impresso, audiovisual, etc., denunciando o impacto negativo disso nas IFES:
  - 4.1 manter e ampliar a luta pela revogação da lei da EBSEH e pela revogação dos contratos existentes, bem como combater a adesão dos demais hospitais vinculados ao SUS;
  - 4.2 lutar, onde não houver, pela construção de hospitais universitários públicos, garantindo a autonomia universitária inclusive em sua gestão; como mais uma forma de combate à EBSEH, as OS e outras formas de privatização;
  - 4.3 lutar contra o sucateamento, a falta de investimento público dos hospitais universitários estaduais e a implementação da gestão de OS, OSCIP e fundações estatais de direito privado.
5. Lutar pela revogação da Lei Complementar 156/16 (antigo PLS 54/2016, que tramitou na Câmara como PLP 257/2016), denunciando a renegociação da dívida dos estados e as contrapartidas obrigadas pelo governo federal, que implicam nos regimes estaduais de previdência, e da Emenda Constitucional 95/16 (teto dos gastos) que promove um ajuste fiscal a qual congela o investimento em saúde e educação por vinte anos.

---

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.





Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- 6.** Manter a campanha de não adesão à FUNPRESP para todos os(as) professores(as). Estender a campanha contra os fundos de pensão para professores(as) nos estados e municípios.
- 7.** Produzir materiais audiovisuais alertando para a perda de direitos dos e das docentes ocasionada pela contrarreforma da previdência em tramitação (PEC 287/2016), denunciando o falso discurso sobre a crise utilizado como justificativa para a referida medida.
- 8.** Produzir documentário sobre previdência, destacando as lutas, as conquistas, as perdas e os retrocessos desde a Constituição Federal de 1988.
- 9.** Realizar, em 2017, o XIX Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria.
- 10.** Motivar as seções sindicais para que iniciem a pesquisa sobre saúde e adoecimento docente, no primeiro semestre de 2017, com base na Cartilha de Orientação lançada no VI Encontro de Saúde Docente.
- 11** Pautar o debate sobre o lazer dos e das docentes no GTSS/A para posterior encaminhamento.
- 12.** Realizar pesquisa sobre a situação da previdência pública e dos fundos de pensão nos estados e municípios para instrumentalização da luta.
- 13.** Convocar os e as docentes aposentados(as) para uma jornada de mobilização, em Brasília, com visitas aos parlamentares para tratar das perdas de direitos (PEC 555/06, art. 192/96, da Lei nº 8112/1990 – RJU, etc.), atividade a ser construída na reunião do GTSS/A.
- 14.** Produzir um InformANDES especial sobre as perdas de direitos ocorridas para os e as aposentados(as).
- 15.** Realizar sessões de debate sobre as questões dos(as) aposentados(as) no GTSS/A quando necessário.
- 16.** Visando enfrentar a falta de condições relacionadas à saúde e segurança no trabalho de servidores nas Instituições de Ensino Superior (IES) e alavancar um amplo debate sobre o tema, o 36º Congresso do ANDES-SN delibera:
  - 16.1** que cada seção sindical das IFEfaça um levantamento, de acordo com sua realidade, da existência, da conceituação, da estruturação e das condições da implantação do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor).
  - 16.2** lutar para a implantação de um Plano de Segurança e Saúde do Trabalhador em cada uma das IES;
  - 16.3** as seções sindicais devem estimular a implantação de comissões/grupos locais - independentes da instituição - de saúde e segurança dos trabalhadores, por setor de trabalho, como forma de acompanhamento, vigilância e incentivo à luta por melhores condições de trabalho;
  - 16.4** lutar pelo direito da seção sindical docente em participar da normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde e segurança do trabalhador nas IES;
  - 16.5** lutar pelo acesso do trabalhador docente e da seção sindical às informações sobre os riscos levantados em laudos avaliativos sobre ambientes de trabalho, como forma de municiar a luta em defesa dos direitos do trabalhador;
  - 16.6** lutar pelo direito do trabalhador docente a exames de saúde de admissão, demissão e periódicos, observando as especificidades de cada processo de trabalho, bem como de atendimentos por serviço de saúde, respeitando os preceitos legais e éticos;





Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

**16.7** lutar pela garantia do Sindicato e do docente em requerer ao órgão competente a interdição de parte ou de todo o ambiente/processo de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde do servidor, com base no parágrafo 3º do artigo 6º da Lei Orgânica da Saúde (8080/90);

**16.8** lutar por ambientes de trabalho salubres e seguros, e, quando esta condição não for possível ou enquanto não for alcançada, lutar pelo direito dos docentes de receber adicionais de insalubridade, periculosidade, penosidade e fronteira.

**17.** Realizar oficina de trabalho organizada pelo GTSS/Apara orientar a elaboração de dossiê sobre a EBSERH, com vista a realizar um seminário nacional sobre este tema.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

# RESOLUÇÕES DO 37º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

*Salvador(BA), 22 a 27 de janeiro de 2018*

**Tema Central:** Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora.  
100 anos da reforma universitária de Córdoba

## RELATÓRIO DO TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS 37º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

### IV – POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 37º CONGRESSO delibera

1. Intensificar a luta contra a Contrarreforma da Previdência (PEC 287/2016), mantendo-se a mobilização contra as propostas do Governo Temer denunciando as perdas da classe trabalhadora e da categoria docente em especial;
  - 1.1 lutar pela construção de uma greve geral tendo em vista a votação da reforma da previdência.
2. Intensificar a exposição dos(as) parlamentares favoráveis à Contrarreforma da Previdência
3. Interpor ações judiciais cabíveis contra a propaganda enganosa paga pelo governo federal sobre o *déficit* da Previdência Social e dar ampla divulgação ao trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência, que a identificou como não deficitária, e também aos materiais produzidos pelas entidades, promovendo debates e ações articuladas com as seções sindicais e entidades
4. Realizar, no segundo semestre de 2018, o VII Encontro de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente.
5. Denunciar e promover ações contra o Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão (MPOG), estados e municípios, que fornecem dados pessoais e profissionais da categoria docente (ativos e aposentados) para o sistema financeiro, que visa à expropriação do salário por meio de empréstimos consignados, mantendo um grande negócio seguro e sem risco para o sistema bancário.
6. Dar prosseguimento à pesquisa Saúde do Trabalhador Docente, realizada pelo ANDES-SN, cabendo ao GTSSA as decisões quanto ao encaminhamento operacional, análise e sistematização dos dados. Se necessário, a diretoria poderá contratar os serviços de coleta de dados para maior agilidade no retorno das informações a serem analisadas.
7. Realizar a 2ª Jornada Nacional de Mobilização dos(as) Aposentados(as).

---

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- 8.** Publicar um caderno com os resultados da pesquisa sobre a situação dos regimes próprios de previdência social e previdência privada/complementarnos estados.
- 9.** Realizar a oficina sobre EBSEH com produção de dossiê, no primeiro semestre de 2018, não realizado em 2017 pelo GTSSA em razão da intensidade das atividades de luta contra a contrarreforma da previdência e outras ações correspondentes ao GTSSA.
- 10.** Denunciar e promover ações contra o Ministério do Planejamento (MPOG) que retirou dos aposentados através de uma nota técnica, os seus direitos com relação ao artigo 192, da Lei nº 8.112 do Regime Único dos Trabalhadores, funcionários públicos, que se aposentaram a partir de 1995, inclusive retroagindo aos já aposentados.
- 11.** Num contexto de novo de ataque aos direitos previdenciários, intensificar a luta pela revogação da Lei nº 10.887/2004, que acabou com a integralidade e a paridade no benefício, e da Lei nº 12.618/12, que estabeleceu o limite do teto do INSS para a aposentadoria e pensões dos serviços públicos federais.
- 12.** Realizar um seminário sobre os 5 anos do FUNPRESP e das lutas que o ANDES-SN tem travado contra a privatização da previdência com o objetivo de balanço e atualização das campanhas sobre o tema FUNPRESP e a previdência complementar dos estados e municípios. Que esse seminário ocorra de forma integrada ao Seminário que debaterá a EBSEH.
- 13.** Que o ANDES-SN, por meio de seu GTSSA e, sendo necessário, que sua Assessoria Jurídica Nacional acompanhe o processo de luta pela federalização do Hospital São Paulo, sem adesão a EBSEH, com a administração pela universidade, baseada no princípio da autonomia universitária.
- 14.** Que a proposta de federalização seja elaborada no sentido de garantir gestão 100% pública e estatal, com atendimento exclusivamente pelo SUS.
- 15.** Pela revisão da contratualização dos serviços prestados, no âmbito do SUS, com as secretarias Municipal e Estadual de Saúde.
- 16.** Que a partir da regional São Paulo do ANDES-SN, somando-se às seções sindicais, sejam empreendidas ações de mobilização, compostas a outras entidades representativas dos trabalhadores do HSP com o propósito da intensificação da luta pela federalização e por recursos públicos a todos os HUs.
- 17.** Pela total transparência nas contas do HSP.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

# RESOLUÇÕES DO 38º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

*Belém(PA), 28 de janeiro a 2 de fevereiro de 2019*

**Tema Central:** Por Democracia, Educação, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos: em defesa do trabalho e da carreira docente, pela revogação da EC/95

## VI – POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 38º CONGRESSO delibera

1. Continuar a luta contra a Contrarreforma da Previdência, intensificando e ampliando a divulgação da situação superavitária da previdência, alargando o debate em todas as instituições de ensino superior e se articulando, de forma unificada, com as diversas categorias do serviço público, entidades de classe e movimentos populares, buscando construir instâncias decisórias horizontais.
2. Realizar a Jornada de Mobilização do(a)s Aposentado(a)s no primeiro semestre de 2019.
3. Produzir um áudio visual sobre o(a)s aposentado(a)s a partir do registro da Jornada de Mobilização do(a)s Aposentado(a)s.
4. Realizar o VII Seminário Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente, no segundo semestre de 2019.
5. Publicar, em 2019, um caderno sobre saúde do(a) trabalhador(a) docente.
6. Inserir na agenda dos Setores das IFES e das IEES/IMES do ANDES-SN uma campanha de sensibilização e de prevenção ao suicídio nas IES, no mês de setembro.
7. Elaborar um dossiê sobre a EBSERH, em conjunto com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde.
8. Dar continuidade à luta pela revogação de medidas que representem retrocessos no Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com as entidades sindicais, movimentos sociais e Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, em especial pela revogação da Portaria nº 3.588/2017, que dispõe sobre a rede de atenção psicossocial.

---

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

**9. Recomendar ao GTSSA que insira no VII Seminário Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente, a temática "seguridade social".**



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

# RESOLUÇÕES DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

*São Paulo/SP, 4 a 8 de fevereiro de 2020*

**Tema Central:** Por liberdades democráticas, autonomia universitária e em defesa da educação pública e gratuita.

**RELATÓRIO CONSOLIDADO DO TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS  
39º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL  
VII - POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA**

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que as Secretarias Regionais e as SSIND, ao participar das frentes/fóruns em defesa da saúde, contribuam com a unificação da luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora.
2. Realizar reunião conjunta entre GTSSA, GTPE, GT Carreira e GTPFS para construir proposta de formação sobre saúde do(a) trabalhador(a) docente.
3. Lutar pela revogação da Emenda Constitucional n 103, de 12/11/2019 da Contrarreforma da Previdência e contra a PEC Paralela (PEC 133/2019), aprovada pelo Senado Federal e em tramitação na câmara federal, que permite, entre outros, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União.

---

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## **RESOLUÇÕES DO 60º CONAD – Conselho do ANDES- Sindicato Nacional**

Vitória/ES, 13 a 16 de agosto de 2015

### **IV - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA**

O 60º CONAD delibera:

1. Realizar os encontros regionais e estaduais pelo direito dos aposentados e pensionistas no mês de setembro a partir da mobilização de base, se possível unificando com entidades dos servidores públicos federais, estaduais e municipais.
2. Realizar o Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria no mês de outubro de 2015.
3. Integrar a campanha da REDSepa, no mês de outubro de 2015, em defesa da Previdência Pública e Estatal sob o regime de repartição, do direito à aposentadoria integral e contra a privatização da Previdência.
4. Realizar 2 oficinas inter-regionais, no segundo semestre de 2015, com o objetivo de avançar na implementação da pesquisa sobre saúde e adoecimento do trabalhador docente; a) Oficina I, envolvendo as Secretarias Regionais NE III, NE II, NE I, N I e NII, que será sediada pela Regional NE III, na cidade do Salvador, estado da Bahia; b) Oficina II, envolvendo as Secretarias Regionais - Planalto; Pantanal, Leste, Rio de Janeiro, São Paulo, Sul e RS, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.
5. Subsidiar ações de combate à privatização da previdência pública, desenvolvendo a partir das regionais e seções sindicais, levantamento dos dados referentes à previdência complementar para os servidores públicos, incluindo a análise jurídica.
6. Lutar em conjunto com a CSP-Conlutas, articulando com as demais entidades dos trabalhadores, pela revogação da MP 676 de 2015 (que vincula o fim do fator previdenciário à adoção da fórmula 95/85, assim como o aumento progressivo dos valores da fórmula 95/85 até 2022, quando a soma da idade e de tempo de contribuição deverá alcançar 100/90), reafirmando a luta pelo direito à aposentadoria integral de todos os trabalhadores.
7. Dar continuidade à luta pela reestruturação da carreira docente, de acordo com a proposta do ANDES-SN, incluindo a luta pela garantia do direito à aposentadoria com integralidade e paridade.
8. Reafirmar a luta pela revogação da reforma da previdência e de medidas que retirem direitos, tais como o fator previdenciário e fórmulas similares substitutivas.
9. Lutar pela revogação da Lei 13.135, originária da MP 664 de 2014.
10. Propor à CSP-Conlutas a elaboração de um jornal especial e outros materiais de divulgação para informar de forma didática as perdas previdenciárias ocorridas durante este governo Dilma.





Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## **RESOLUÇÕES DO 61º CONAD – Conselho do ANDES- Sindicato Nacional**

Boa Vista/RR, 30 de junho a 3 de julho de 2016

### **RELATÓRIO DO TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO 61º CONAD**

#### **II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL**

O 61º CONAD delibera:

1. Intensificar a luta em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), público, 100% estatal, pela preservação dos princípios de universalidade, integralidade, igualdade de acesso e controle social, de forma articulada com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, com os movimentos sindicais e sociais, pela ampliação do financiamento do sistema público de saúde.
2. Publicar a Cartilha de Orientação para a realização da Pesquisa sobre Saúde e Adoecimento Docente, no segundo semestre de 2016.
3. Articular a luta contra o PLP 257/2016 e a PEC 241/16, denunciando a renegociação da dívida dos estados e as contrapartidas obrigadas pelo governo federal, que implicam nos regimes estaduais de previdência.
4. Articular a luta contra a PEC 143/2015, e qualquer forma de limitação legal de gastos públicos com a saúde, ao lado dos trabalhadores do serviço público das três esferas - federal, estadual e municipal.
5. Participar ativamente da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública e dos Fóruns Estaduais em defesa da previdência pública.
6. Participar ativamente dos atos em Defesa do SUS, em Brasília e nos estados, no dia 06/07.
7. Que o ANDES-SN intensifique a luta contra o assédio moral, inclusive como fator de adoecimento, nas IES.
8. Ampliar a campanha de não adesão ao FUNPRESP também para os professores com ingresso antes de 2013.

#### **Recomendações:**

1. Realizar eventos e seminários sob a coordenação das Regionais em torno do Adoecimento Docente.
2. Que as seções sindicais, em conjunto com as regionais do Andes-SN, com base na Cartilha de Orientação, inicie a pesquisa sobre saúde e adoecimento do docente, no segundo semestre de 2016.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## **RESOLUÇÕES DO 62º CONAD – Conselho do ANDES- Sindicato Nacional**

Niterói/RJ, 13 a 16 de julho de 2017

### **RELATÓRIO DO TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO 62º CONAD**

#### **V – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA**

O 62º CONAD delibera:

- 1.** Produzir, para instrumentalizar a luta da categoria, materiais audiovisuais que evidenciem os efeitos ainda mais deletérios contidos no substitutivo da PEC nº 287A/16 do deputado federal Arthur Maia (PPS-BA).
- 2.** Que as secretarias regionais e as seções sindicais do Andes-SN estimulem e/ou apoiem as frentes, os comitês e os fóruns estaduais e/ou municipais em defesa da Previdência Pública.
- 3.** Intensificar a luta pelo direito de computar o período de licença capacitação de professoras e professores no processo de contagem de tempo para a aposentadoria.
- 4.** Que o Andes-SN elabore uma Nota Técnica para esclarecer professores(as) sobre o direito à capacitação na carreira EBTT.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## **RESOLUÇÕES DO 63º CONAD – Conselho do ANDES- Sindicato Nacional**

Fortaleza/CE, 28 de junho a 1º de julho de 2018

**Tema Central:** Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica.

### **RELATÓRIO DO TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO 63º CONAD**

#### **II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA**

O 63º CONAD delibera:

1. Realizar ações com o tema da contrarreforma da previdência em diversos espaços, em conjunto com a CSP-Conlutas e outras entidades, com o propósito de manter a mobilização.
2. Elaborar materiais com base no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, que comprova a não existência de *déficit* da previdência.
3. Realizar ações em defesa do SUS e da revogação da Lei nº 12550/11 - EBESERH, em articulação com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, a CSP-Conlutas, as seções sindicais, as entidades sindicais e os movimentos sociais.  
**3.1** Lutar pela revogação da Lei nº 12550/11, utilizando os dossiês da realidade dos HUs onde foi contratada a EBESERH, com prejuízos para o ensino, a pesquisa, a extensão e a autonomia universitária, e como a EBESERH contribui para o desmonte do SUS.
4. Continuar a denunciar e avaliar a possibilidade de acionar juridicamente o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e as secretarias estaduais correspondentes, que fornecem dados pessoais e profissionais da categoria docente (ativos e aposentados) para o sistema financeiro e para as operadoras de planos de saúde, visando à expropriação do salário por meio de empréstimos consignados e à contratação de planos extorsão de saúde suplementares em substituição ao SUS.
5. Reafirmar a posição contrária e denunciar a Portaria nº 3588/17, do Ministério da Saúde, que altera a reforma psiquiátrica e seus princípios, previstos na Lei nº 10216/01, somando-se à luta dos movimentos sociais e entidades pela revogação dessa portaria.
6. Participar do VIII Seminário Nacional da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, cujo título é “O avanço do capital sobre a saúde da classe trabalhadora”, que acontecerá em novembro de 2018, e contribuir na construção dos Seminários Regionais que antecederão o VIII Seminário Nacional da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, cujo título é “O avanço do capital sobre a saúde da classe trabalhadora”, que acontecerá em novembro de 2018.

---

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

# Resoluções do 64º CONAD

## Conselho do ANDES-Sindicato Nacional

Brasília/DF, 11 a 14 de julho de 2019

**Tema Central:** Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas

### **RELATÓRIO DO TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DO(A)S TRABALHADORE(A)S DO 64º CONAD**

#### **I – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA SINDICAL**

O 64º CONAD delibera:

**9.** Que o ANDES-SN apresente resoluções que expressem o acúmulo e as deliberações do Sindicato Nacional, por setor, e que se apliquem à política da CSP-CONLUTAS, em especial os planos de luta referentes às políticas educacionais, política de formação sindical, política de ciência e tecnologia, de seguridade social, entre outras.

#### **II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA**

O 64º CONAD delibera:

**1.** Que o ANDES-SN e as seções sindicais, por meio do Fórum Sindical Popular e de Juventudes, por Direitos e Liberdades Democráticas, FONASEFE e CSP-CONLUTAS, articulem e intensifiquem a luta pela revogação da Emenda Constitucional nº95/2016 do teto dos gastos.

**2.** Que o ANDES-SN e as seções sindicais, por meio do Fórum Sindical Popular e de Juventudes, por Direitos e Liberdades Democráticas, FONASEFE e CSP-CONLUTAS, articulem e intensifiquem a luta pela nãoaprovação da PEC 06/2019 da Contrarreforma da Previdência.

**2.1.** Realizar ações unificadas, acumulando forças para a construção de paralisações e greves contra a Reforma da Previdência.

**3.** Que o ANDES-SN e as seções sindicais intensifiquem, por meio do GTSSA, o enfrentamento aos ataques direcionados ao atendimento em saúde mental e à(o) dependente químico(a), denunciando os aspectos preconceituosos, punitivos, mercadológicos, medicalizantes e regressivos das políticas públicas em implementação.

**4.** Que o ANDES-SN e as seções sindicais, em articulação com fóruns e movimentos em defesa da saúde e das pessoas com HIV/AIDS, denunciem e enfrentem as políticas regressivas.

**5.** Que as seções sindicais participem de fóruns e movimentos em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, pautando o enfrentamento da EC nº 29/2015 e a violência obstétrica.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

---

**ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.**

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco "C", 70302-914, Brasília - DF.  
Telefone: (61) 3962 0400 | Fax: (61) 3224 9716 | E-mail: [secretaria@andes.org.br](mailto:secretaria@andes.org.br)